



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA



Termo de Referência Nº 95/2023 - TJBA / UNICORP

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

Contratação da pessoa física Sra. Ana Aurea de Souza Cidreira, CPF n. 780.068.805-49 para ministrar o curso “Curso de Aprimoramento e Desenvolvimento de Competências Humanas para Oficiais de Justiça”, nas modalidades presencial e a distância (EaD), no dia 30 de novembro de 2023, com carga horária total de 4 horas/aula.

### 2. FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

A contratação em tela encontra fundamento legal no art. 60, II e §2º, da Lei Estadual n. 9433/05 porque o art. 60 da lei de regência dispõe:

*"Art. 60 - É inexigível a licitação quando caracterizada a inviabilidade de competição, em especial:  
(...)*

*II - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

*(...)*  
*§ 2º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

*(...)*

Já o art. 23, do mencionado estatuto traz:

*Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados aqueles que, na forma da legislação específica de exercício profissional, requerem o domínio de uma área delimitada do conhecimento humano e formação além da capacitação profissional comum, tais como:*

*(...)*

*VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

*(...)*

Para ilustrar a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade, nos casos de capacitação de pessoal, vale trazer à baila entendimento consolidado pelo TCU:

*"Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/1993". (Decisão 439/1998-TCU-Plenário).*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA



O mesmo tribunal, ao interpretar o dispositivo legal que antevê a possibilidade da contratação por inexigibilidade de licitação, editou a súmula 252/2010, in verbis:

*"A inviabilidade de competição para a contratação de serviços, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado."*

Acerca da condição singularidade do serviço, é oportuno trazer à baila entendimento expresso no Acórdão nº 852/2008, da lavra do TCU:

*"A natureza singular se caracteriza como uma situação anômala, incomum, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por todo e qualquer profissional especializado. Envolve os casos que demanda mais do que a simples especialização, pois apresentam complexidades que impedem obtenção de solução satisfatória a partir da contratação de qualquer profissional".*

Tal situação traduz a singularidade do objeto deste Termo de Referência, e conseqüente impossibilidade de comparações, segundo os "critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação".

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

É necessário que o Poder Judiciário direcione esforços para promover a capacitação continuada de seus servidores com o propósito de dar efetividade e continuidade ao processo de formação de servidores e Oficiais de Justiça Avaliadores do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Assim, conforme solicitado pela Bel<sup>a</sup>. Márcia Gottschald Ferreira, Juíza Assessora da Corregedoria Geral da Justiça desta Egrégia Corte, será ministrado neste TJBA o Curso de Aprimoramento e Desenvolvimento de Competências Humanas para Oficiais de Justiça.

Neste sentido, a docente Sra. Ana Aurea de Souza Cidreira é uma profissional reconhecida por suas capacitações e vivências de excelências: Fundadora do CPAC, CIPE-Caatinga; comando do Pelotão Desbravadores em Barra do Tarrachil; serviu no Batalhão de Polícia de Choque na antiga ROTAMO. Trabalhou na 49ª CIPM - CIPE-Mata Atlântica e na CIPE-PI, comandou a Operação Paz no Trânsito, implantou melhoria na abordagem e construção da PCTran, atuou em missões relacionadas à Combate ao Narcotráfico e Repressão de Roubo a Bancos, atuando no Combate ao Crime Organizado. Formada em Análise Criminal, Polícia Comunitária – Sistema Koban, Direitos Humanos e Cidadania, no Uso Progressivo da Força, Combate à Lavagem de Dinheiro, Gerenciamento de Crises, Especialista em explosivos pela TEES do Brasil, Instrutora de Armamento e Tiro pelo Centro de Treinamento da Associação Desportiva ATIRO e Curso de Mecânico de Armas de Porte e Portáteis pela PMBA, especialista em Defesa Pessoal em Tonfa,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA



Bastão Retrátil, Técnicas de chão e (ataque e defesa com lâminas).

Ademais, importa consignar que o oferecimento da presente ação de capacitação pela UNICORP, “Curso de Aprimoramento e Desenvolvimento de Competências Humanas para Oficiais de Justiça”, nas modalidades de ensino presencial e a distância, está em consonância com o art. 1º da Resolução TJBA n. 05, de 21 de julho de 2010 (Regimento Interno da MASB); c/c o art. 1º, §1º, incisos I, II, III e IV, § 2º, incisos I, II, VII, VIII e IX; o art. 3º, incisos I e II, o art. 6º, §1º, incisos I e II da Resolução TJBA n. 22, de 25 de novembro de 2008 (Regimento Interno da UNICORP).

#### CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação é de **RS 1.327,20 (um mil, trezentos e vinte sete reais e vinte centavos)**

Unidade Orçamentária	Unidade Gestora	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Subelemento	Fonte
04.601	010	5438	3.3.90.36	36.07	120
			3.3.90.47	47.01	

#### 5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Ministrar aulas nas modalidades de ensino presencial e a distância (EaD), para até 40 discentes na modalidade presencial, e ilimitada na modalidade a distância, com carga horária total de 04 horas/aula.

Assim, a docente Ana Aurea de Souza Cidreira será responsável por ministrar a seguinte ementa:

- ✓ Gestão de Riscos Operacionais (módulo será realizado em dois subgrupos, um apenas de homens e o outro apenas com mulheres, em razão das orientações que podem ser mais específicas de acordo com o gênero);
- ✓ Risco, Identificação de Riscos;
- ✓ Segurança Pública;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA**



- ✓ Criticidade de Contextos Sociais;
- ✓ Ambientes e Eventos de Risco;
- ✓ Resposta a Risco; Atividade de e com Inteligência;
- ✓ Avaliação de Riscos;
- ✓ Gerenciamento de Risco;
- ✓ Elementos para Tomada de Decisão sobre Riscos.

#### **METODOLOGIA E CARGA HORÁRIA**

- (a) Proposta pedagógica realizada na modalidade ensino presencial e à distância (EaD);
- (b) Duração do Curso: carga horária de 04 (quatro) h/a;
- (c) Data e realização: 30 de novembro de 2023.

#### **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- (a) Executar o serviço conforme especificações e demais condições contidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada;
- (b) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;
- (c) Responder por todas as despesas de natureza tributária, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços;
- (d) Corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas ou irregularidades detectadas ou notificadas pela Administração;
- (e) Prova de regularidade para com as fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio, bem como de regularidade para com a Fazenda do Estado da Bahia;
- (f) Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, apresentando a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas;
- (g) Apresentar a Declaração de Ausência de Nepotismo;
- (h) Ser responsável por quaisquer irregularidades, ainda que resulte de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da contrataante, de seus agentes ou prepostos;
- (l) Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos especificações técnicas ou comerciais e inovações da contratante de que venha a ter conhecimento, não podendo, sob qualquer pretexto divulgá-las, reproduzi-las ou utilizá-las, sob as penas da lei, mesmos depois de encerrada a presente contratação;

#### **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- (a) Fornecer à Contratada todas as informações, esclarecimentos, Documentos e demais condições necessárias à execução da capacitação conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- (b) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, bem como atestar a sua efetiva prestação;
- (c) Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço prestado fora das especificações



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA**



constantes neste termo de referência;

- (d) Efetuar o pagamento correspondente à Nota de Empenho;
- (e) Notificar a Contratada, por escrito, sobre quaisquer irregularidade constatada, solicitando a sua regularização.

#### **8. PAGAMENTO**

- (a) O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária para crédito na conta indicada pela Contratada;
- (b) Pagamento será em parcela única do valor contratado e será realizado após aceitação do objeto da contratação e mediante emissão de documento fiscal, conforme o art. 6º da Lei Estadual n. 9433/2005.

#### **9. SANÇÕES**

As sanções por descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência são aquelas constantes da Lei n. 9433/2005.

#### **10. RESCISÃO**

As hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 185 da Lei n. 9433/2005.

Salvador, 14 de novembro de 2023.

Ivan de Almeida Tetzan  
COORDENADOR UNICORP TJBA